

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RENATO RAINHA DO C. TRIBUNAL DE
CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

Processo TCDF nº 16469/2012

A **VIA ENGENHARIA S.A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**,
já qualificada, vem, respeitosamente, a Vossa Excelência, por seus advogados,
com fulcro no art. 287 do RITCDF¹ c/c art. 1.022 do Código de Processo Civil,
opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

em face da r. Decisão nº 2769/2024, que, pelo voto de desempate do em.
Presidente, considerou não ter ocorrido, nos autos em exame, a prescrição
intercorrente prevista no art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.873/1999, em razão do evidente
erro material no julgado, além de omissão, consoante os argumentos a seguir
aduzidos.

¹ Art. 287. Cabem embargos de declaração quando houver obscuridade, omissão ou contradição em decisão do Tribunal.

1. DA TEMPESTIVIDADE

A Via Engenharia S.A foi notificada da r. Decisão nº 2769/2024, por meio do Ofício 6199/2024-GP, em 14.08.2024 (quarta-feira).

Nesse sentido, o prazo de 10 (dez) dias para a oposição dos presentes embargos encerra-se em 26.08.2024 (segunda-feira).

Portanto, evidente a tempestividade dos presentes embargos.

2. DOS FATOS

Tratam-se os presentes autos de Tomada de Contas Especial, em decorrência dos achados de auditoria levantados na 4ª etapa de auditoria de regularidade realizada no âmbito da NOVACAP, com o objetivo de avaliar a execução dos serviços referentes à reforma e ampliação do Estádio Nacional de Brasília – Mané Garrincha e de seus aditivos.

Na presente fase processual examina-se tão somente a ocorrência de prescrição intercorrente havida nos presentes autos.

Por meio da Decisão nº 2769/2024, essa c. Corte de Contas considerou não ter ocorrido, nos autos em exame, a prescrição intercorrente prevista no art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.873/1999, *verbis*:

Decisão nº 2769/2024

O Tribunal, pelo voto de desempate do Senhor Presidente, proferido com base nos arts. 16, VI, e 106 do RI/TCDF, que acompanhou o posicionamento do Revisor, Conselheiro RENATO RAINHA (peça 479), decidiu:

I – tomar conhecimento das alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis indicados na Matriz de Responsabilização dos autos em exame de TCE e na Tabela 06 da Informação nº 19/2022 - DIFO1, em atendimento ao contido no item III da Decisão nº 4.943/2017 (Peça nº 116);

II – considerar não ter ocorrido, nos autos em exame, a prescrição intercorrente prevista no art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.873/1999;

III – autorizar o retorno dos autos ao Gabinete do Relator, para os devidos fins.

Não obstante, em razão de evidente erro material do julgado e omissão, ou, no mínimo uma obscuridade, necessária a oposição dos presentes embargos, com a finalidade de corrigir o erro e sanar a omissão, conforme a seguir restará detalhado.

3. DO ERRO MATERIAL DO JULGADO

O Código de Processo Civil assim prescreve:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - **corrigir erro material.**

Portanto, a seguir restará demonstrado um evidente erro material no julgado, que, quando corrigido necessariamente importará a concessão de efeitos infringentes ao julgado. Vejamos.

O voto de desempate do em. Presidente, que acompanhou o Voto do em. Conselheiro Revisor, Renato Rainha, restou assim fundamentado:

20. Prefacialmente, externo minha compreensão de que as causas sobre as quais não incide prescrição – tema de relevância ímpar no âmbito do direito - devem ser interpretadas restritivamente, como forma de garantir a necessária segurança jurídica, e, dentre os excepcionalíssimos casos, não se encontra os processos submetidos à apreciação dos Tribunais de Contas.

21. No entanto, entendo que a aplicação da “prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória” e da “prescrição intercorrente” no âmbito dos Tribunais de Contas deve vir acompanhada de regramento legal primário do próprio ente, conforme já decidido pelo STJ em diversos julgados.

22. No caso da inexistência de lei que discipline tais assuntos, aceitar-se-ia regulamento secundário, devendo constar, necessariamente e expressamente, a denominação dos institutos mencionados, as hipóteses de aplicação, a vigência, os termos inicial e final, os casos de interrupção e de suspensão etc.

23. Volvendo para o TCDF, vê-se que, na ausência de ato primário, **foi emitida decisão normativa tratando da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, cujo lapso temporal é de 5 (cinco) anos, inexistindo qualquer menção à “prescrição intercorrente”.**

24. A meu ver, esse silêncio – não formalização - se reveste de relevância, na medida em que a “prescrição intercorrente” não se constitui em regra, necessariamente, aplicável à fase processual de conhecimento, embora isso não afete o sincretismo que vigora no campo do processo civil, por exemplo, devendo, portanto, ser positivada.

25. Não obstante, mesmo que restasse superada a inexistência de lei em sentido amplo (lei formal, decisão normativa etc.), ainda assim o caso em concreto enfrentaria obstáculo, haja vista que, via de regra, o termo inicial para incidência da “prescrição intercorrente” não retroage na seara do direito administrativo, mesmo para processos em curso, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei ou ato normativo, conforme tese de repercussão geral firmada pelo Supremo Tribunal Federal no Agravo em Recurso Extraordinário nº 843.989/PR (Tema 1199).

26. Desse modo, acompanho o voto proferido pelos Conselheiros que se manifestaram no sentido da não aplicação da prescrição intercorrente ao caso em exame, com a devida vênia daqueles que entenderam de forma diversa.

Nota-se que o Voto de Desempate exarado pelo em. Presidente dessa c. Corte de Contas é fundamentado em 2 (dois) preceitos:

1. Inexistência de norma (lei formal, decisão normativa, etc) que trate de prescrição intercorrente; e
2. Ainda que existisse a norma, o termo inicial para incidência da “prescrição intercorrente” não retroage na seara do direito administrativo, mesmo para processos em curso, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei ou ato normativo.

Contudo, com as devidas vênias, os fundamentos do Voto estão eivados de evidente ERRO MATERIAL.

Isso porque, não há que se falar em inexistência de norma sobre prescrição intercorrente.

Esse e. TCDF em 20 de março de 2024 aprovou DECISÃO NORMATIVA Nº 01/2024, que não apenas reconheceu a prescrição intercorrente no âmbito do Distrito Federal, como também definiu que seus efeitos são retroativos!

Portanto, quando proferido o Voto de Desempate na Sessão Ordinária nº 5389, de 31 de julho de 2024, JÁ HAVIA DECISÃO NORMATIVA NO ÂMBITO DESSA C. Corte de Contas há 4 (quatro meses).

Com isso, é evidente o erro material da r. decisão, já que quando proferida a r. Decisão Embargada, o voto de desempate restou assentado na ausência de norma, quando essa norma já havia sido proferida por essa própria Corte de Contas.

A fim de que não reste dúvida acerca da efetiva existência de norma que prevê a incidência da prescrição intercorrente, convém aqui transcrever o art. 3º-A da Decisão Normativa nº 05/2021, acrescido à essa norma pela Decisão Normativa nº 01/2021, *verbis*:

Art. 3º-A. **Incide a PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE se o processo ficar paralisado por mais de 3 (três) anos, pendente de julgamento ou despacho.**

§ 1º O marco inicial da fluência da prescrição intercorrente se inicia somente a partir da ocorrência do primeiro marco interruptivo da prescrição principal.

Portanto é evidente que o voto de desempate proferido na sessão ordinária de 31.07.2024 está contaminado por evidente ERRO MATERIAL, já que não há que se falar em ausência de norma sobre a prescrição intercorrente.

Outrossim, o segundo aspecto abordado no Voto, que dispõe que o termo inicial da prescrição intercorrente só poderia ser reconhecido a partir da publicação da norma, ou seja, não retroagiria, também está eivado de erro.

Isso porque, em razão do primeiro erro material, o em. Presidente deixou de observar que a norma proferida por esta c. Corte de Contas dispõe expressamente que os marcos prescricionais se aplicam aos processos em curso, inclusive quanto aos marcos interruptivos e suspensivos no curso desses processos:

Art. 2º Esta Decisão Normativa entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-a aos processos autuados a partir dessa data, bem como àqueles pendentes de deliberação de mérito ou de apreciação dos recursos previstos no art. 33, I e II, e no art. 47 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, **inclusive quanto aos marcos interruptivos e suspensivos identificáveis no curso desses processos.**

Portanto, alegar que o termo inicial dos marcos prescricionais só poderia ser aferido a partir da publicação da norma, contraria a própria norma dessa c. Corte de Contas.

Ora, o erro material no julgado é evidente, motivo pelo qual esse erro merece ser corrigido, conferindo efeitos infringentes ao julgado de modo a reconhecer o decurso do prazo da prescrição intercorrente.

Caso essa c. Corte de Contas entenda que não se trata de um erro, há que se considerar uma omissão, já que todo julgamento deve ser pautado/embasado nas normas vigentes quando do julgamento, o que não foi observado no caso dos autos.

Agrava a situação o fato de que a norma apontada como violada, inobservada e ignorada foi proferida por esta própria Corte de Contas, o que é INADMISSÍVEL!

Caso ainda assim não entenda esse e. TCDF, o que admitimos apenas pela eventualidade, no mínimo essa e. Corte de Contas deve sanar a obscuridade do julgado, já que foi proferida Decisão em patente afronta à recente Decisão Normativa nº 01/2024, proferida em 20.03.2024, por essa própria Corte.

Importante destacar que esse e. TCDF expediu Ofício-Circular nº 1/2024-GP a todos os órgãos jurisdicionados do Distrito Federal, dando ciência da Decisão Normativa nº 01/2024, que, portanto, deveria ser observada por aqueles órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal:

e-DOC B42DE9A.
Proc 00600-00003242/2023-81--



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA DAS SESSÕES

Ofício-Circular nº 1/2024-GP

Brasília-DF, 22 de Abril de 2024.

Senhora Secretária,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que este Tribunal proferiu a Decisão nº 925/2024, na Sessão Ordinária nº 5373, realizada em 20/03/2024, quando apreciou o Processo nº 00600-00003242/2023-81-e, que trata do Ofício nº 02/2023 – COGER, do Corregedor deste Tribunal, Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, propondo a realização de estudos destinados a atualizar a Decisão Normativa nº 05/2021, que trata da prescrição das pretensões punitivas e de ressarcimento ao erário no âmbito do Tribunal.

O Tribunal, por unanimidade, dentre outras providências, determinou que se dê ciência da Decisão nº 925/2024 aos órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal, razão pela qual informo que a referida decisão, a Decisão Normativa 1/2024, de 20.03.2024, bem como outros documentos relacionados ao mencionado processo, quando disponíveis para consulta, poderão ser acessados por meio do endereço eletrônico <https://etcdf.tc.df.gov.br?processoano=324223>.

Informo, ainda, que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail).

Atenciosamente,

Márcio Michel Alves De Oliveira
Presidente

Nota-se que o Ofício-Circular foi assinado pelo próprio Presidente desta Casa.

Dito isso, indaga-se: A todos os órgãos jurisdicionados é obrigatória a observância da norma, quando esta própria Corte de Contas está desobrigada à sua observância???

Certamente, a resposta a esta pergunta é NÃO.

O que ocorreu nos presentes autos, foi apenas um erro material, que poderá ser sanado por esta Corte de Contas, sob pena de nulidade do julgado.

Importante observar que apesar de o voto do revisor ter sido proferido antes de proferida a r. Decisão Normativa nº 01/2024, o voto de desempate e a Decisão embargada foram proferidos após essa decisão normativa, portanto, a r. decisão embargada deveria ter observado a norma superveniente que possui efeitos imediato.

Com isso, requer seja provido os presentes embargos, para que seja corrigido o erro apontado e seja observada a Decisão Normativa nº 01/2024, de modo a dar credibilidade, confiabilidade e segurança jurídica às decisões proferidas por esta própria c. Corte de Contas.

4. DO PEDIDO

Ante todo o exposto, requer seja dado provimento aos presentes embargos de declaração, para sanar o erro material apontado e consequentemente, requer seja reconhecida a prescrição intercorrente havida nos presentes autos.

Nestes termos,
Pede deferimento.
Brasília, 23 de agosto de 2024.



Herman Barbosa
OAB-DF 10001



Lise Reis
OAB-DF 25998